

MARIA ISABEL HELBLING MENÉRES CAMPOS

Professora Auxiliar da Escola de Direito da Universidade do Minho

A RESERVA DE PROPRIEDADE: DO VENDEDOR AO FINANCIADOR



Coimbra Editora

Título

A RESERVA DE PROPRIEDADE: DO VENDEDOR AO FINANCIADOR

1.ª Edição, Julho 2013

Autor

MARIA ISABEL HELBLING MENÉRES CAMPOS

Editor



Coimbra Editora

Coimbra Editora, S.A.
Ladeira da Paula, 10
3040-574 Coimbra
Telef. (+351) 239 852 650
Fax (+351) 239 852 651
www.coimbraeditora.pt
editorial@coimbraeditora.pt

Execução gráfica

Coimbra Editora, S.A.
Ladeira da Paula, 10
3040-574 Coimbra

ISBN 978-989-96672-2-8

Depósito Legal n.º 360 922/13

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

CAMPOS, Isabel Menéres

A reserva de propriedade :
do vendedor ao financiador . (Estudos
CEJUR ; 1)
ISBN 978-989-96672-2-8

CDU 347

ÍNDICE

	Págs.
PREFÁCIO.....	7
AGRADECIMENTOS	9
MODO DE CITAR E OUTRAS CONVENÇÕES.....	11
LISTA DE ABREVIATURAS UTILIZADAS.....	13
PLANO DE TRABALHO.....	15

INTRODUÇÃO

1.	Apresentação do tema	23
2.	Delimitação do objecto do estudo. Linha de investigação.....	29

CAPÍTULO I

REFERÊNCIAS LEGAIS. BREVES RESENHAS HISTÓRICA E COMPARATÍSTICA

1.	Breve resenha histórica.....	33
2.	Referências legais à reserva de propriedade no direito português.....	37
3.	Comparação com figuras afins, designadamente com outras garantias mobiliárias.....	40
3.1.	As garantias reais consagradas no Código Civil: a consignação de rendimentos, o penhor, a hipoteca, os privilégios e o direito de retenção.....	43
3.2.	Referência a outras garantias	49
3.2.1.	A locação financeira, a locação financeira restitutiva e a venda a retro.....	50
3.2.2.	A alienação fiduciária em garantia	53

	Págs.
4. A previsão da figura noutros ordenamentos jurídicos.....	60
5. As tentativas de unificação do direito europeu.....	62
6. Resultados preliminares de investigação	69

CAPÍTULO II

RESERVA DE PROPRIEDADE NO CONTRATO DE COMPRA E VENDA

SECÇÃO I

CARACTERIZAÇÃO

1. Noção legal	75
2. Estrutura funcional típica do negócio subjacente à constituição da reserva de propriedade	81
2.1. A venda a prestações	84
2.2. A venda com reserva de propriedade como subtipo do contrato de compra e venda.....	91
3. Coisas susceptíveis de alienação com reserva de propriedade: o objecto do negócio.....	94
4. Requisitos de validade.....	103
4.1. Requisitos de validade formal.....	109
4.2. Requisitos de validade substancial.....	112
5. A cláusula de reserva de propriedade e o regime das cláusulas contratuais gerais.....	113

SECÇÃO II

EFEITOS DO CONTRATO

6. Efeitos principais do contrato	121
7. Oponibilidade do pacto em relação a terceiros.....	123
7.1. Generalidades. Coisas imóveis ou móveis sujeitas a registo.....	123
7.2. Coisas móveis não sujeitas a registo	127
7.3. Os direitos do vendedor face a terceiros adquirentes ou credores do comprador	129
7.3.1. A tese da doutrina dominante	133
7.3.2. A posição de Romano Martinez	135

	Págs.
7.3.3. Apreciação crítica. Posição adoptada.....	136
7.3.4. Meios de reacção do vendedor.....	141
7.4. Os direitos do comprador face a terceiros adquirentes ou face a credores do vendedor	146
7.5. A reserva de propriedade e a insolvência.....	148
7.5.1. Insolvência do vendedor.....	151
7.5.2. Insolvência do comprador.....	153
7.5.3. A reclamação de créditos do vendedor na insolvência do comprador	158
8. A transferência do risco de perecimento ou de deterioração da coisa	161
8.1. Considerações gerais.....	161
8.2. O modelo doutrinal prevalente.....	164
8.3. A assunção do risco pelo adquirente a partir do momento da entrega	166
8.4. Posição adoptada.....	168
9. Breve referência a alguns aspectos práticos do regime da compra e venda com reserva de propriedade.....	175

SECÇÃO III

EXTINÇÃO DA CLÁUSULA DE RESERVA DE PROPRIEDADE

10. Causas de extinção da reserva de propriedade.....	179
10.1. Revogação	181
10.2. Renúncia (remissão).....	182
10.3. A extinção por prescrição	183
11. O incumprimento do contrato	185
11.1. Considerações prévias.....	185
11.2. O artigo 781.º	188
11.3. O artigo 934.º	190
11.4. O <i>ius variandi</i>	192
11.5. O cumprimento coercivo	194
11.5.1. A nomeação à penhora da coisa reservada. A controversa questão da renúncia à reserva de propriedade.....	195
11.5.2. O Acórdão Uniformizador de 9 de Outubro de 2008...	199
§ <i>Critica</i>	203

	Págs.
11.6. A resolução do contrato	206
11.6.1. Efeitos da resolução	209
11.6.2. Efeitos da resolução do contrato. A restituição da coisa....	211
11.6.3. A providência cautelar de recuperação de veículo	213
11.6.4. Efeitos da resolução do contrato. A restituição das prestações pagas	215
11.6.5. A fixação antecipada da indemnização	219

SECÇÃO IV ESPECIALIDADES

12. As configurações especiais da reserva de propriedade	227
13. A reserva de propriedade prolongada e a reserva de propriedade alargada no Direito Alemão	230
13.1. Prolongamento vertical: a reserva de propriedade prolongada (<i>verlängerte Eigentumsvorbehalt</i>)	231
13.2. Prolongamento horizontal: a reserva de propriedade alargada (<i>erweiterte Eigentumsvorbehalt</i>)	235
14. A reserva de propriedade a favor do financiador	236
15. Denominador comum às modalidades especiais.....	239

CAPÍTULO III NATUREZA JURÍDICA DA RESERVA DE PROPRIEDADE NO CONTRATO DE COMPRA E VENDA

SECÇÃO I SÍNTESE DAS VÁRIAS POSIÇÕES DOUTRINAIS

1. Indicação de sequência.....	241
2. Síntese das principais orientações doutrinárias	243
2.1. A tese da condição suspensiva	243
§ <i>Apreciação crítica</i>	250
2.2. A tese da venda obrigatória	256
§ <i>Apreciação crítica</i>	258
2.3. A tese da condição resolutiva	261
§ <i>Apreciação crítica</i>	263

	Págs.
2.4. A tese da dupla propriedade.....	263
§ <i>Apreciação crítica</i>	266
2.5. A concepção da reserva de propriedade como direito real de garantia.....	266
§ <i>Apreciação crítica</i>	270
2.6. A doutrina da venda com efeito translativo diferido e a posição de expectativa real do comprador.....	271
§ <i>Apreciação crítica</i>	275

SECÇÃO II ORIENTAÇÃO ADOPTADA

3. Indicação de sequência.....	278
3.1. A situação possessória das partes.....	279
3.2. Requalificação das posições jurídicas do vendedor e do comprador....	287
4. Proposta de orientação quanto à natureza jurídica da reserva de proprie- dade.....	293
5. Dificuldades dogmáticas da orientação proposta.....	295
5.1. Modo de actuar da garantia.....	296
5.2. O problema da compatibilidade da posição perfilhada com o princípio da taxatividade dos direitos reais.....	301
5.3. O problema da proibição do pacto comissório.....	306
6. Síntese.....	316

CAPÍTULO IV A RESERVA DE PROPRIEDADE NO CONTRATO DE MÚTUO

SECÇÃO I ANÁLISE DA SITUAÇÃO FACTUAL

1. Descrição da situação factual e regulamentação legal do esquema nego- cial.....	319
2. Breve resenha da jurisprudência recente.....	325

	Págs.
3. Indicação de sequência.....	332
4. Consequências do incumprimento do contrato.....	333
4.1. O cumprimento coercivo e a nomeação à penhora da coisa reservada.....	334
4.2. A resolução do contrato e a providência cautelar de apreensão, prevista no Decreto-Lei n.º 54/75, de 12 de Fevereiro	339
5. Ponto de ordem	345

SECÇÃO II

A NATUREZA JURÍDICA DA RESERVA DE PROPRIEDADE A FAVOR DO MUTUANTE

6. A procura de fundamento dogmático para a reserva de propriedade a favor do financiador.....	346
6.1. A doutrina da nulidade do negócio.....	347
6.2. Crítica e rejeição da tese da invalidade da estipulação da reserva de propriedade a favor do financiador.....	350
§ <i>O argumento interpretativo e o princípio da equiparação</i>	353
§ <i>O argumento insito no princípio da liberdade contratual</i>	356
§ <i>A análise dos interesses</i>	358
6.3. Construção jurídica do negócio	360
6.3.1. Cessão da posição contratual do vendedor ao financiador	363
6.3.2. A dupla transmissão: venda da coisa ao financiador e deste ao comprador	366
6.3.3. A sub-rogação	366
7. Posição adoptada.....	372
SÍNTESE FINAL.....	375
LISTA DE BIBLIOGRAFIA CITADA	385
JURISPRUDÊNCIA CITADA	407